



# BOLETIM OFICIAL

---

**CONSELHO DE MINISTROS**

**Decreto-Lei n.º 34/2025**

Cria a Autoridade Tributária e Aduaneira de Cabo Verde, I.P., e aprova os respetivos Estatutos.

## CONSELHO DE MINISTROS

### Decreto-Lei n.º 34/2025 de 04 de novembro

**Sumário:** Cria a Autoridade Tributária e Aduaneira de Cabo Verde, I.P., e aprova os respetivos Estatutos.

Programa do Governo e Moção de Confiança 2021-2026, do VIII Governo Constitucional da República de Cabo Verde, relativamente ao tema “Reforçar a Competitividade Fiscal” prevê que o Governo continue as ações que melhorem a eficácia da Administração Tributária, através do combate à evasão fiscal e do alargamento da base tributária.

Para tanto, o Governo preconiza melhorar os níveis de eficiência e eficácia da Administração Tributária pela adoção de medidas administrativas como a instituição de um modelo de agência ou autoridade tributária que lhe confere a autonomia necessária para exercer as suas atribuições com elevados níveis da eficiência e eficácia operacionais e a instituição de um conselho consultivo amplamente representativo dos principais intervenientes no processo tributário, de entre outras medidas.

Com a criação de uma Autoridade Tributária e Aduaneira, Cabo Verde ambiciona dar mais um passo na modernização da sua Administração Tributária. A experiência da criação da Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE) constituiu uma etapa importante de transição de um modelo antigo, assente em direções gerais de Contribuições e Impostos e de Alfândega, para um modelo intermédio, mas que ainda assim não garantiu a necessária autonomia dessa Direção Nacional, porquanto integrada na Administração Direta do Estado.

A experiência internacional tem demonstrado que países que implementaram Autoridades Tributárias avançaram no aperfeiçoamento de suas administrações tributárias. De acordo com o Relatório de Assistência Técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) de agosto de 2021, *“Cabo Verde vive um momento histórico adequado à implementação de uma Autoridade Tributária. A implementação da AT irá colocar a administração tributária cabo-verdiana na vanguarda de entre as administrações tributárias da África e pode transformá-la em uma das mais modernas do mundo”*.

Assim, a criação da Autoridade Tributária e Aduaneira de Cabo Verde (ATCV) decorre desta evolução, natural e necessária, da nossa Administração Tributária, na procura constante de melhorar a eficácia e eficiência da sua atuação, que tem de ser suficientemente flexível para se adaptar às mudanças e superar as novas expetativas, nesta crescente globalização, de oportunidades de automação e com contribuintes cada vez mais exigentes.

Para concretizar esse objetivo, é essencial assegurar a autonomia da Autoridade Tributária e Aduaneira, que passa por garantir que a mesma tenha poder decisório uma governação própria e

recursos necessários para prossecução da sua missão e atribuições.

Outro fator essencial às modernas administrações tributárias é a tecnologia de informação, pois, o desenvolvimento de novos sistemas de tecnologias de informação constitui uma necessidade permanente destas e a sensibilidade dos dados confiados à Administração Tributária exige um maior controlo, o que amplia a importância de possuírem pleno controlo deste processo, razão pela qual, a estrutura orgânica dos serviços da ATCV deve refletir essa autonomia.

A configuração jurídica para se atingir tais pressupostos, em conformidade com a organização da Administração do Estado, é a criação de um Instituto Público, na modalidade de Serviço Personalizado do Estado, integrada na Administração Indireta do Estado, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Refira-se a este propósito, de que o melhor enquadramento para a criação de uma Autoridade Tributária e Aduaneira seria a de um Instituto Público de regime especial, nos termos do Regime Jurídico Geral dos Institutos Públicos, todavia, tal regime especial é configurado na lei com um *numerus clausus*, do qual não consta a autoridade tributária como uma das categorias previstas.

Assim, pela presente proposta é criada a Autoridade Tributária e Aduaneira de Cabo Verde, Instituto Público, abreviadamente designada de ATCV, I.P., é definida a sua missão e atribuições; a sede e a área de jurisdição territorial; as regras sobre a sua organização interna, nas quais são estabelecidos os órgãos de governação e o modelo de organização dos serviços; é fixado o estatuto do pessoal, e o respetivo regime financeiro e patrimonial, matérias que depois são objeto de concretização nos Estatutos da ATCV, I.P., que são aprovados em anexo ao presente diploma de criação.

A ATCV, I.P. tem por missão administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos, bem como garantir o exercício da autoridade tributária e aduaneira, nos termos da lei, sendo-lhe acometidas as atribuições necessárias para a prossecução da sua missão.

De igual modo, são definidas as regras sobre a organização interna, estabelecendo-se os órgãos e o modelo de organização dos serviços. Nesta matéria, é prevista que a ATCV, I.P. integre um Conselho Diretivo, composto por um presidente e dois vogais, um Conselho Fiscal e um Fiscal Único.

Enquanto Instituto Público, integrado na Administração Indireta do Estado, a Autoridade Tributária e Aduaneira fica sujeita à superintendência do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Ao nível dos serviços, a estrutura orgânica da ATCV, I.P. obedece a um modelo estrutural misto, no qual as áreas de atividades são organizadas segundo um modelo de estrutura hierarquizada, com exceção da área de tecnologia e sistema de informação que segue o modelo de estrutura

matricial, considerando que esta área é a base que suporta uma administração tributária moderna.

Relativamente ao regime de pessoal da ATCV, I.P. propõe-se, como regra geral, o regime jurídico do emprego público, mantendo-se o enquadramento do quadro de pessoal na carreira do regime especial de Técnicos de Receitas.

Prevê-se ainda, a possibilidade de adoção do regime de contrato individual de trabalho em relação ao pessoal para integrar as equipas de trabalho, permitindo assim à ATCV, I.P. dar resposta aos trabalhos de carácter temporário.

No que respeita ao regime financeiro e patrimonial, são previstas normas no sentido de que a ATCV, I.P. possa dispor de um orçamento próprio, constituído por receitas provenientes de uma dotação do Orçamento do Estado e por receitas próprias, incluindo as provenientes da percentagem cobrada pela arrecadação de receitas ao Estado ou das importâncias cobradas por serviços de cobrança coerciva prestados a entidades públicas, em termos a definir por Portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

São estabelecidas normas que facilitem a execução orçamental, designadamente a flexibilidade para proceder a alterações orçamentais, transferindo créditos orçamentais, entre rúbricas económicas, desde que não envolvam os créditos derivados da dotação do Orçamento do Estado, cujas transferências são da competência da superintendência e, ainda, a possibilidade de transitar o saldo das suas receitas próprias não utilizadas durante a execução do orçamento do ano a que respeitam para o ano seguinte, por forma a permitir uma maximização na aplicação dos recursos, em especial, aos projetos estruturantes de médio e longo prazo.

São previstos princípios e instrumentos de gestão, avaliação e controlo, tais como Plano Estratégico Plurianual, Plano de Atividades, Orçamento, Relatório de atividades, Plano Diretor de Tecnologia da Informação, de entre outros.

No que se refere ao controlo financeiro, é previsto que a Autoridade Tributária e Aduaneira fique sujeita ao controlo financeiro do Tribunal de Contas, nos termos da lei, bem como da Inspeção Geral das Finanças.

Em relação à autonomia patrimonial, a presente proposta prevê a transferência automática da universalidade dos bens e direitos que constituem património do Estado e que atualmente está afeto à Direção Nacional de Receitas do Estado, com dispensa das formalidades associadas a esta transferência patrimonial.

Com a criação da Autoridade Tributária e Aduaneira, enquanto Instituto Público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a aquisição de bens e serviços que deve obedecer ao regime da Contratação Pública, deixará de estar na dependência de órgãos externos e dos limites estabelecidos para a Administração Central do Estado, passando o Conselho Diretivo a ser

competente para autorizar a realização de despesas, permitindo assim, maior flexibilidade operacional.

Por último, considerando que com a criação da Autoridade Tributária e Aduaneira pretende-se alterar o paradigma da administração tributária que passa pela transferência de autonomia nas áreas de gestão de pessoas, logística, financeira e de tecnologias de informação, propõe-se, ainda, que a instalação e o funcionamento da ATCV, I. P. decorram de forma gradual e faseada, durante o período de um ano, desde a entrada em vigor do diploma que vier a ser aprovado, permitindo, desta forma, uma transição suave da DNRE para a Autoridade Tributária e Aduaneira.

Finalmente, importa referir, em cumprimento ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10º do Regime Jurídico Geral dos Institutos Públicos, que a criação da Autoridade Tributária e Aduaneira foi precedida de um estudo sobre a sua necessidade, implicações financeiras e os seus efeitos relativamente ao setor em que vai exercer atividade.

Assim,

Ao abrigo do disposto nos artigos 9º e 11º da Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho que estabelece o Regime Jurídico Geral dos Institutos Públicos, e

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1º

##### **Criação**

É criada a Autoridade Tributária e Aduaneira de Cabo Verde, I.P., doravante abreviadamente designada por “ATCV, I.P.”.

#### Artigo 2º

##### **Estatutos**

São aprovados os Estatutos da ATCV, I.P., publicados em anexo ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

#### Artigo 3º

##### **Natureza jurídica**

A ATCV, I.P. é um Instituto Público, com a natureza de serviço personalizado do Estado, integrada na administração indireta do Estado, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

## Artigo 4º

### **Regime**

A ATCV, I.P. rege-se pelo presente diploma, pelos respetivos Estatutos e regulamentos internos, pela Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho, que estabelece o Regime Jurídico Geral dos Institutos Públicos, e pela legislação para que remete.

## Artigo 5º

### **Superintendência**

A ATCV, I.P., está sujeita à superintendência do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

## Artigo 6º

### **Transição e Estatuto do pessoal**

- 1 - O pessoal do quadro da Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE) transita de forma automática e nas mesmas condições, mediante a lista nominativa, para o quadro de pessoal da ATCV, I.P.
- 2 - O estatuto do pessoal da ATCV, I.P. é o do regime do emprego público, sendo o quadro de pessoal enquadrado na carreira do regime especial de Técnicos de Receitas.
- 3 - A ATCV, I.P. pode adotar o regime do contrato individual de trabalho em relação ao pessoal para integrar as equipas de trabalho necessárias à realização de funções ou tarefas de carácter temporário.
- 4 - Os cargos de direção são exercidos em regime de comissão de serviço ou mediante contrato de gestão.

## Artigo 7º

### **Registo**

O presente diploma constitui título bastante para todos os efeitos legais, designadamente os de registo, com isenção de quaisquer taxas, impostos ou emolumentos.

## Artigo 8º

### **Extinção e sucessão**

1 - É extinta a DNRE, sendo as suas atribuições integradas na ATCV, I.P., que lhe sucede.

2 - Após a entrada em vigor do presente diploma:

a) As referências feitas em quaisquer leis ou documentos à DNRE, consideram-se como feitas à ATCV, I.P.;

b) A ATCV, I.P. sucede à DNRE, nos contratos vigentes e em todos os procedimentos e processos, designadamente, gratuitos e judiciais, seja qual for a sua natureza, sem necessidade de observância de quaisquer formalidades.

## Artigo 9º

### **Pessoal dirigente**

O pessoal dirigente então afeto à DNRE e aos seus serviços mantém-se em funções até, conforme couber, a sua nomeação, recondução ou substituição efetiva.

## Artigo 10º

### **Regime de instalação**

1 - A ATCV, I.P. considera-se em regime de instalação, pelo período de um ano, a contar da data de entrada em vigor do presente diploma.

2 - Durante o período de instalação devem ser gradualmente transferidos para a ATCV, I.P., as infraestruturas e os recursos necessários à prossecução das suas atribuições; deve ser implementada a estrutura orgânica, através da reorganização dos serviços e recrutamento do pessoal necessário ao bom funcionamento de serviços que correspondem às funções novas da ATCV, I.P.

## Artigo 11º

### **Derrogação**

1 - É derogado o Decreto-Lei n.º 26/2025, de 4 de agosto, na parte relativa à DNRE.

2 - Mantêm-se em vigor os regulamentos publicados ao abrigo da legislação revogada pelo presente diploma, até à entrada em vigor de novos regulamentos.

**Artigo 12º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 2 de outubro de 2025. Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva* e *Olavo Avelino Garcia Correia*.

Promulgado em 3 de novembro.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES.



**ANEXO****(A que se refere o artigo 2º)****ESTATUTOS DA****AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DE CABO VERDE, I.P.****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****Artigo 1º****Objeto**

Os presentes estatutos estabelecem as atribuições, a organização interna e o correspondente modo de funcionamento, bem como os regimes do pessoal, financeiro e patrimonial da Autoridade Tributária e Aduaneira de Cabo Verde, I.P., adiante abreviadamente designada por ATCV, I.P.

**Artigo 2º****Natureza jurídica**

A ATCV, I.P. é um Instituto Público, com a natureza de serviço personalizado do Estado, integrada na administração indireta do Estado, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

**Artigo 3º****Sede e jurisdição territorial**

1 - A ATCV, I.P. tem âmbito nacional e a sua sede na cidade da Praia, com jurisdição em todo o território nacional.

2 - A ATCV, I.P. dispõe de serviços territorialmente desconcentrados, nos termos dos presentes Estatutos.

**Artigo 4º****Missão**

A ATCV, I.P. tem por missão administrar os impostos, direitos aduaneiros, demais tributos e receitas que lhe sejam atribuídos, bem como garantir o exercício da autoridade tributária e aduaneira, nos termos da lei.

## Artigo 5º

### Atribuições

São atribuições da ATCV, I.P., designadamente:

- a) Garantir a arrecadação das receitas do Estado, especialmente assegurando a liquidação e cobrança dos tributos, aduaneiros e não aduaneiros, e de outras receitas previstas na lei;
- b) Consolidar e coordenar a gestão do sistema de receitas do Estado;
- c) Garantir o exercício da autoridade tributária e aduaneira, nos termos da lei;
- d) Exercer a ação de inspeção tributária e aduaneira, garantir a aplicação das normas a que se encontram sujeitas as mercadorias introduzidas no território nacional e efetuar os controlos relativos à entrada, saída e circulação das mercadorias no território nacional, prevenindo, investigando e combatendo a fraude e evasão fiscais e aduaneiras e os tráficos ilícitos, no âmbito das suas atribuições;
- e) Exercer a ação de justiça tributária e assegurar a representação da Fazenda Pública junto dos tribunais judiciais;
- f) Promover a cidadania fiscal e uma relação entre o Estado e o contribuinte com base na legalidade, equidade, boa-fé e confiança mútua;
- g) Atribuir, nos termos da lei, e acompanhar a execução de benefícios fiscais, bem como proceder ao controlo da respetiva receita cessante;
- h) Propor medidas de carácter normativo, técnico e organizacional para a melhoria da eficácia do sistema de receitas do Estado;
- i) Desenvolver e gerir as infraestruturas, equipamentos e tecnologias de informação necessários à prossecução das suas atribuições e à prestação de apoio, esclarecimento e serviços de qualidade aos contribuintes;
- j) Propor e dar parecer sobre acordos internacionais em matéria tributária e aduaneira, bem como assegurar a respetiva execução;
- k) Fazer o controlo e o acompanhamento da aplicação das leis fiscais visando assegurar a justiça tributária;
- l) Contribuir para a investigação científica no domínio da fiscalidade e das alfândegas, bem como para o aperfeiçoamento das técnicas tributárias em Cabo Verde;

- m) Executar programas de cooperação com as administrações tributárias e aduaneiras homólogas de outros países e participar em reuniões internacionais no domínio da fiscalidade e das alfândegas;
- n) Proceder à cobrança coerciva de créditos de outros organismos do Estado, da Segurança Social e das Autarquias locais; e
- o) O mais que lhe for cometido por lei ou regulamento.

## **CAPÍTULO II**

### **ORGANIZAÇÃO INTERNA**

#### **Secção I**

#### **Órgãos**

##### **Subsecção I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 6º**

#### **Enumeração**

Para a prossecução da sua missão e o cumprimento das suas atribuições, a ATCV, I.P., dispõe dos seguintes órgãos:

- a) O Conselho Diretivo;
- b) O Fiscal Único; e
- c) O Conselho Consultivo.

##### **Artigo 7º**

#### **Responsabilidade**

1 - Os titulares dos órgãos da ATCV, I.P., e os seus funcionários e agentes respondem financeira, civil, criminal e disciplinarmente pelos atos e omissões que pratiquem no exercício das suas funções, nos termos da Constituição e demais legislação aplicável.

2 - A responsabilidade financeira é efetivada pelo Tribunal de Contas, nos termos da respetiva legislação.

## Subseção II

### **Conselho Diretivo**

#### Artigo 8º

#### **Natureza**

O Conselho Diretivo é o órgão responsável pela definição da atuação da ATCV, I.P., bem como pela direção dos respectivos serviços, em conformidade com as orientações de gestão previstas na lei e nos presentes Estatutos.

#### Artigo 9º

#### **Composição e nomeação**

1 - O Conselho Diretivo é composto por um Presidente e por dois Vogais, designados Vice-Presidentes, nomeados em comissão de serviço ou mediante contrato de gestão, conforme couber, por Resolução do Conselho de Ministros ou despacho do membro do Governo da superintendência.

2 - Os membros do Conselho Diretivo são recrutados por livre escolha, de entre os indivíduos que possuem, pelo menos, grau de licenciatura em qualquer uma das áreas relevantes para a prossecução da missão e cumprimento das atribuições da ATCV, I.P., idoneidade e experiência adequadas para o cargo.

#### Artigo 10º

#### **Mandato**

O mandato dos membros do Conselho Diretivo tem a duração de três anos, sendo renovável no máximo duas vezes consecutivas, continuando os membros em exercício de funções até a nomeação e posse de novos membros.

#### Artigo 11º

#### **Estatutos dos membros**

1 - Os membros do Conselho Diretivo gozam do Estatuto de Gestor Público, com especificidades decorrentes dos presentes Estatutos.

2 - Os membros do Conselho Diretivo têm direito aos suplementos remuneratórios atribuídos aos Técnicos de Receita, nos termos da lei.

**Artigo 12º****Competência**

1 - Compete ao Conselho Diretivo, no âmbito da orientação e gestão da ATCV, I.P.:

- a) Representar a ATCV, I.P. e dirigir a respetiva atividade;
- b) Promover a execução da legislação tributária e aduaneira e da política do Governo nessas matérias;
- c) Propor a criação e a alteração das leis e regulamentos necessários à eficácia e eficiência do sistema fiscal;
- d) Elaborar os pareceres, estudos e informações que lhe sejam solicitados pelo membro do Governo da superintendência e colaborar na elaboração de políticas públicas em matéria fiscal e aduaneira;
- e) Elaborar os planos anuais e plurianuais de atividades e assegurar a respetiva execução;
- f) Elaborar o relatório de atividades;
- g) Elaborar o balanço social, nos termos da lei aplicável;
- h) Aprovar os regulamentos internos que sejam necessários ao cumprimento das atribuições da ATCV, I.P.;
- i) Praticar os demais atos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;
- j) Nomear os representantes do instituto em organismos exteriores;
- k) Exercer os poderes que lhe tenham sido delegados pelo membro do Governo da superintendência;
- l) Constituir mandatários da ATCV, I.P. em juízo e fora dele, incluindo com o poder de subestabelecer, sem prejuízo de poder optar por solicitar o apoio e a representação em juízo por parte do Ministério Público, ao qual compete, nesse caso, defender os interesses da ATCV, I.P.; e
- m) Designar um secretário a quem caberá certificar os atos e deliberações.

2 - Compete ao Conselho Diretivo, no domínio da gestão financeira e patrimonial:

- a) Elaborar o orçamento anual e assegurar a respetiva execução;

- b) Arrecadar e gerir as receitas e autorizar as despesas;
- c) Elaborar a conta de gerência;
- d) Gerir o património;
- e) Aceitar doações, heranças ou legados;
- f) Assegurar as condições necessárias ao exercício do controlo financeiro e orçamental pelas entidades legalmente competentes; e
- g) Exercer os demais poderes previstos nos presentes Estatutos e que não estejam atribuídos à competência de outro órgão.

3 - Compete ao Conselho Diretivo, no domínio das tecnologias de informação:

- a) Assegurar a realização de estudos, a conceção, o desenvolvimento e a implementação de soluções informáticas e tecnológicas eficientes e integradas no âmbito da prossecução da sua atividade;
- b) Garantir a gestão e adequação, bem como a segurança e manutenção técnicas de todos os sistemas e subsistemas de informação e as correspondentes bases de dados dos serviços sob a sua responsabilidade;
- c) Elaborar o plano de aquisições de equipamentos e materiais necessários ao cumprimento das suas atribuições; e
- d) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas por lei, pelos Estatutos e pelos regulamentos internos.

4 - O Conselho Diretivo pode delegar no Presidente ou num dos Vice-Presidentes a prática de atos da sua competência, podendo estes subdelegá-la aos dirigentes da ATCV, I.P.

Artigo 13º

**Funcionamento**

1 - O Conselho Diretivo reúne-se uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que o Presidente o convoque, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos seus membros.

2 - O Conselho Diretivo só pode deliberar validamente com a presença de, pelo menos, dois dos seus membros.

3 - Nas votações não há abstenções, mas podem ser proferidas declarações de voto.

4 - As atas das reuniões devem ser aprovadas e assinadas por todos os membros presentes.

### Artigo 14º

#### **Competência do Presidente do Conselho Diretivo**

1 - Compete, em especial, ao Presidente do Conselho Diretivo:

- a) Presidir às reuniões do Conselho Diretivo, orientar os seus trabalhos e assegurar o cumprimento das respetivas deliberações;
- b) Dirigir e controlar os serviços da ATCV, I.P. e superintender na gestão dos respetivos recursos;
- c) Exercer os poderes de direção, gestão e disciplina do pessoal;
- d) Representar a ATCV, I.P. em juízo e fora dele;
- e) Assegurar as relações com os órgãos de superintendência e com os demais organismos públicos;
- f) Exercer a função de representação da ATCV, I.P. junto das organizações nacionais e internacionais na área tributária e aduaneira;
- g) Solicitar pareceres ao Conselho Fiscal e ao Conselho Consultivo;
- h) Presidir o Conselho Consultivo; e
- i) Exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo Conselho Diretivo.

2 - O Presidente pode delegar ou subdelegar competências nos Vice-presidentes.

### Subsecção III

#### **Fiscal Único**

### Artigo 15º

#### **Natureza**

O Fiscal Único é o órgão de fiscalização da gestão, responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e boa gestão administrativa, financeira e patrimonial da ATCV, I.P., tendo as competências estabelecidas na lei e nos seus Estatutos.

## Artigo 16º

### **Nomeação e mandato**

1 - O Fiscal Único é designado por despacho do membro do Governo responsável pela superintendência, obrigatoriamente, de entre as sociedades de auditores ou contabilistas certificados.

2 - O Fiscal Único exerce a sua função pelo período de três anos, renovável por igual período, podendo ser exonerado a todo o tempo.

3 - No caso de cessação do mandato, o Fiscal Único mantém-se no exercício de funções até à efetiva substituição.

## Artigo 17º

### **Remuneração**

Ao Fiscal Único é atribuída uma remuneração mensal, cujo montante será estabelecido pela superintendência, sob proposta do Conselho Diretivo.

## Artigo 18º

### **Competência**

1 - Compete ao Fiscal Único:

- a) Acompanhar e controlar com regularidade o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, a execução orçamental, a situação económica, financeira e patrimonial, e analisar a contabilidade;
- b) Dar parecer sobre o orçamento e sobre as suas retificações e alterações;
- c) Dar parecer sobre o relatório e conta de gerência;
- d) Dar parecer sobre a aquisição, arrendamento, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Dar parecer sobre a aceitação de doações, heranças ou legados;
- f) Dar parecer sobre a contração de empréstimos;
- g) Manter o Conselho Diretivo informado sobre os resultados das verificações e exames a que proceda;
- h) Elaborar relatórios da sua ação fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;



- i) Propor a realização de auditorias externas, quando isso se revelar necessário ou conveniente; e
- j) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho Diretivo.

2 - O prazo para elaboração dos pareceres referidos no número anterior é de quinze dias a contar da receção dos documentos a que respeitam.

3 - Para exercício da sua competência, o Fiscal Único tem direito a:

- a) Obter do Conselho Diretivo as informações e os esclarecimentos que se repute necessários;
- b) Ter livre acesso a todos os serviços e à documentação da ATCV, I.P., podendo requisitar a presença dos respetivos responsáveis, e solicitar os esclarecimentos que considere necessários; e
- c) Tomar ou propor as demais providências que considere indispensáveis.

#### Subsecção IV

### **Conselho Consultivo**

#### Artigo 19º

#### **Natureza**

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, de apoio e de participação na definição das linhas gerais de atuação da ATCV, I.P. e nas tomadas de decisão do Conselho Diretivo.

#### Artigo 20º

#### **Composição, designação e mandato**

1 - O Conselho Consultivo da ATCV, I.P. é presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo, e é composto pelos seguintes membros:

- a) Um representante do membro do Governo responsável pela área das Finanças, designado por despacho do respetivo Ministro;
- b) O Diretor do Gabinete de Estudos Fiscais e Aduaneiros da ATCV, I.P.;
- c) Um representante da Ordem Profissional dos Contabilistas e Auditores Certificados de Cabo Verde (OPCACC), designado pelo respetivo Bastonário;

d) Um representante do Conselho Superior das Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços de Cabo Verde, designado pela respetiva Presidência.

2 - O mandato dos membros do Conselho Consultivo tem a duração de três anos, renovável uma ou mais vezes.

### Artigo 21º

#### **Competências**

1 - Compete ao Conselho Consultivo dar parecer, nos casos previstos nos Estatutos ou a pedido do Conselho Diretivo, sobre:

- a) O Plano Estratégico Plurianual e o plano anual de atividades e sobre o relatório de atividades;
- b) O relatório e a conta de gerência e o relatório anual do Conselho Fiscal;
- c) A proposta de orçamento;
- d) Os regulamentos internos da ATCV, I.P. e;
- e) Propostas legislativas sobre o sistema fiscal e aduaneiro.

2 - No domínio das tecnologias de informação, compete ao Conselho Consultivo, avaliar o progresso dos principais projetos de sistemas de informação, recomendando ações corretivas em caso de desvio face aos objetivos estabelecidos, e dar parecer sobre a política de segurança da ATCV, I.P.

3 - Compete ainda ao Conselho Consultivo pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho Diretivo ou pelo respetivo Presidente.

4 - O Conselho Consultivo pode apresentar ao Conselho Diretivo sugestões ou propostas destinadas a fomentar ou aperfeiçoar as atividades da ATCV, I.P.

5 - O Conselho Consultivo pode receber reclamações ou queixas dos contribuintes sobre a organização e funcionamento em geral da ATCV, I.P.

### Artigo 22º

#### **Funcionamento**

1 - O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria, ou por solicitação do Conselho Diretivo, ou a pedido de um terço dos seus membros.

2 - O Conselho Consultivo só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

3 - O Presidente do Conselho Consultivo pode convidar especialistas de reconhecido mérito, sem direito a voto, a participar das reuniões e a colaborar com o Conselho Consultivo, sempre que seja considerada necessária para os assuntos em apreciação.

### Artigo 23º

#### **Senhas de presença**

Aos membros do Conselho Consultivo são atribuídas senhas de presença por cada reunião em que participarem, cujo montante é estabelecido mediante despacho do membro de Governo da superintendência, sob proposta do Conselho Diretivo.

### Secção II

#### **Serviços**

### Artigo 24º

#### **Serviços de base territorial**

1- São serviços de base territorial, integrados na Direção de Gestão Tributária e Aduaneira:

- a) As Delegações de Finanças;
- b) As Delegações das Alfândegas.

2- As competências e regras de funcionamento das Delegações de Finanças e das Alfândegas são objeto de regulamentação, através de Portaria do membro do Governo da Superintendência, sob proposta do Conselho Diretivo da ATCV, I.P.

### Artigo 25º

#### **Tipo de organização**

1 - A ATCV, I.P. dispõe de uma estrutura orgânica adequada aos fins para que foi criada, sendo que a organização interna dos seus serviços obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- a) O modelo de estrutura hierarquizada em todas as áreas de atividades prosseguidas pela ATCV, I.P., sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;
- b) O modelo de estrutura matricial na área de atividade específica das tecnologias e dos sistemas de informação.

2 - O Regulamento que estabelece a estrutura orgânica dos serviços da ATCV, I.P. é aprovado por Portaria Conjunta do membro do Governo da Superintendência e da Administração Pública.

3 - A ATCV, I.P. pode recorrer à contratação de serviços externos para o desenvolvimento das suas atribuições, sempre que tal opção se revele mais eficaz e eficiente em termos de custo e qualidade do serviço a prestar.

### Artigo 26º

#### **Funcionamento**

Os serviços da ATCV, I.P. funcionam sob a direção, supervisão, coordenação, fiscalização do Presidente do Conselho Diretivo, sem prejuízo dos pelouros atribuídos a cada um dos membros do Conselho Diretivo.

### Artigo 27º

#### **Cargos de direção**

1 - Os cargos de direção dos serviços da ATCV, I.P. são exercidos em regime de comissão de serviço ou mediante contrato de gestão, aos quais se aplica o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública e equiparado.

2 - Aos chefes de equipas multidisciplinares nas áreas das tecnologias e dos sistemas de informação é atribuído um estatuto remuneratório correspondente ao cargo de diretor de serviço, em função da natureza e complexidade de funções.

### Secção III

#### **Pessoal**

### Artigo 28º

#### **Regime do pessoal**

1 - O estatuto do pessoal da ATCV, I.P. é o do regime do emprego público, sendo o quadro de pessoal enquadrado na carreira do regime especial de Técnicos de Receitas.

2 - A ATCV, I.P. pode adotar o regime do contrato individual de trabalho em relação ao pessoal para integrar as equipas de trabalho necessárias à realização de funções ou tarefas de carácter temporário.

3 - Para efeitos do número anterior, o recrutamento do pessoal deve, em qualquer caso, observar os seguintes princípios:

- a) Publicitação da oferta de emprego pelos meios mais adequados;
- b) Igualdade de condições e de oportunidades dos candidatos;
- c) Aplicação de métodos e critérios objetivos de avaliação e seleção; e
- d) Fundamentação da decisão tomada.

4 - A adoção do regime da relação individual de trabalho não dispensa os requisitos e limitações decorrentes da prossecução do interesse público, nomeadamente respeitantes a acumulações e incompatibilidades legalmente estabelecidas para os funcionários e agentes administrativos.

### CAPÍTULO III

## **REGIME FINANCEIRO E PATRIMONIAL**

### Secção I

#### **Regime Financeiro**

#### Artigo 29º

#### **Orçamento**

- 1 - A ATCV, I.P. dispõe de um orçamento próprio, constituído por receitas provenientes de uma dotação do Orçamento do Estado e por receitas próprias.
- 2 - A parte do orçamento da ATCV, I.P. que resulta de transferência do Orçamento do Estado destina-se à cobertura de despesas correntes.
- 3 - As receitas próprias são aplicadas na aquisição de bens de investimento, na aquisição de serviços e, ainda, em outras despesas de capital.
- 4 - A ATCV, I.P. pode, livremente, proceder a alterações orçamentais, transferindo créditos orçamentais, entre rubricas económicas, desde que não envolvam os créditos derivados da dotação do Orçamento do Estado, cujas transferências são da competência da superintendência.
- 5 - O saldo das receitas próprias da ATCV, I.P. não utilizadas durante a execução do orçamento do ano a que respeitam pode transitar para o ano seguinte.

## Artigo 30º

### **Receitas**

1 - A ATCV, I.P. dispõe de receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado.

2 - A ATCV, I. P. dispõe ainda das seguintes receitas próprias:

- a) A participação constituída por uma percentagem das cobranças coercivas, nos termos da lei, efetuadas pela ATCV, I.P. a favor de outros organismos do Estado, da segurança social e das Autarquias Locais;
- b) A participação constituída por uma percentagem do montante das multas e coimas aplicadas pelos respetivos serviços, que se destinam, nos termos da lei, à ATCV, I.P.;
- c) A participação constituída por uma percentagem do montante das custas e dos emolumentos cobrados pela Administração Tributária nos processos fiscais e aduaneiros, e que se destinam, nos termos da lei, à ATCV, I. P.;
- d) O montante da taxa devida pela emissão de informações vinculativas;
- e) O produto da venda dos bens e serviços que produzir ou prestar;
- f) Os rendimentos de bens próprios;
- g) Os donativos que lhes sejam atribuídos por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- h) Os saldos das contas de gerência anteriores que transitaram para os anos económicos seguintes; e
- i) Quaisquer outras receitas provenientes da sua atividade, ou que por lei, pelos seus Estatutos, ou por contrato, lhe devam pertencer.

3 - As percentagens a que se refere o n.º 2 são definidas por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

## Artigo 31º

### **Despesas**

Constituem despesas próprias da ATCV, I. P. as que resultem de encargos com o seu funcionamento e as decorrentes da prossecução das respetivas atribuições, bem como os custos de aquisição, manutenção e conservação dos bens, equipamentos de serviço de que careçam para o

efeito.

### Artigo 32º

#### **Aquisição de Bens e Serviços**

A ATCV, I. P. pode, no âmbito das suas atribuições, promover e participar em processos de contratação pública, de forma isolada, conjunta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

### Artigo 33º

#### **Regime orçamental e financeiro**

A gestão económico-financeira da ATCV, I.P. está sujeita ao regime excecional aplicável aos institutos públicos previsto no Regime Jurídico da Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 19 de novembro.

### Artigo 34º

#### **Princípios e instrumentos de gestão**

1 - A ATCV, I.P. rege-se pelos seguintes princípios de gestão:

- a) Da prossecução do interesse público, da legalidade, economicidade, transparência, responsabilização, separação e segregação de funções e da boa gestão dos recursos públicos;
- b) A prestação de um serviço aos contribuintes com a qualidade exigida por lei;
- c) A gestão por objetivos devidamente quantificados e avaliação periódica em função dos resultados;

2- Para a concretização dos princípios enunciados no número anterior e sem prejuízo de outros instrumentos previstos na lei ou que venham a ser adotados, a ATCV, I.P. utiliza os seguintes instrumentos de gestão, avaliação e controlo:

- a) Plano Estratégico Plurianual;
- b) Plano anual de atividade;
- c) Orçamento anual;
- d) Relatório anual de atividades;

e) Conta de gerência e relatórios financeiros; e

f) Balanço.

### Artigo 35º

#### **Controlo Financeiro**

1- A ATCV, I.P. está sujeita ao controlo financeiro do Tribunal de Contas, nos termos da lei, bem como da Inspeção Geral de Finanças.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a ATCV, I.P. pode contratar auditor externo, para a certificação independente das suas contas e avaliação da sua situação financeira.

### Secção II

#### **Regime Patrimonial**

### Artigo 36º

#### **Património**

1 - O património da ATCV, I.P. é constituído pelos bens, direitos e obrigações de conteúdo económico, submetidos ao comércio jurídico privado, transferidos pelo Estado, ou adquiridos pelos seus órgãos e, ainda, pelo direito ao uso e fruição dos bens do património do Estado que lhe sejam afetos.

2 - A ATCV, I.P. elabora e mantém atualizado, anualmente, com referência a 31 de dezembro, o inventário de bens e direitos, tanto os próprios como os do Estado que lhe estejam afetos.

### Artigo 37º

#### **Administração e gestão**

A administração e gestão do património da ATCV, I.P. compete exclusivamente ao Conselho Diretivo, nos termos dos presentes Estatutos e da lei, sem prejuízo dos poderes de superintendência.



## CAPÍTULO IV

### **SUPERINTENDÊNCIA**

#### Artigo 38º

#### **Superintendência**

A ATCV, I.P. está sujeita à superintendência do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

#### Artigo 39º

#### **Poderes de Superintendência**

1 - Carecem de aprovação do membro do Governo da superintendência:

- a) O plano de atividades, o orçamento, o relatório de atividades e as contas acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização;
- b) Os regulamentos internos; e
- c) Os demais atos indicados em lei geral ou nos estatutos.

2 - Carecem de autorização prévia do membro do Governo da superintendência:

- a) A aceitação de doações, heranças ou legados;
- b) A criação de delegações territorialmente desconcentradas; e
- c) Outros atos previstos na lei ou nos estatutos.

3 - Carecem de aprovação do membro do Governo responsável pela área das Finanças:

- a) A aquisição ou alienação de bens imóveis, nos termos da lei;
- b) A realização de operações de crédito;
- c) A concessão de garantias a favor de terceiros, quando admitida nos respectivos estatutos;
- d) A criação de entes de direito privado, a participação na sua criação, a aquisição de participações em tais entidades, quando esteja previsto na lei ou nos estatutos e se mostrar imprescindível para a prossecução das respetivas atribuições; e
- e) Outros atos de relevância financeira previstos na lei ou nos estatutos.

4 - Carecem também de autorização prévia dos membros do Governo responsáveis pela área das Finanças e da Administração Pública:

- a) A definição do quadro de pessoal;
- b) A negociação de convenções coletivas de trabalho;
- c) Outros atos respeitantes ao pessoal, previstos na lei ou nos estatutos.

5 - A falta da autorização prévia ou de aprovação determina, respetivamente a invalidade ou a ineficácia jurídica dos atos sujeitos a autorização ou a aprovação.

6 - No domínio disciplinar compete ao membro do Governo da superintendência:

- a) Exercer ação disciplinar sobre os membros dos órgãos dirigentes; e
- b) Ordenar inquéritos ou sindicâncias aos serviços da ATCV, I.P.

7 - Em caso de inércia grave do órgão responsável, designadamente na prática de atos legalmente devidos, o membro do Governo da superintendência goza de poder substitutivo.

#### Artigo 40º

##### **Outros poderes de superintendência**

1 - O membro do Governo da superintendência pode dirigir orientações, emitir diretivas ou solicitar informações aos órgãos dirigentes da ATCV, I.P. sobre os objetivos a atingir na gestão e sobre as prioridades a adotar na respetiva prossecução.

2 - Compete ao membro do Governo da superintendência proceder ao controlo do desempenho da ATCV, I.P., em especial quanto ao cumprimento dos fins e dos objetivos estabelecidos e quanto à utilização dos recursos pessoais e materiais postos à sua disposição.

3 - Além dos poderes do membro do Governo da superintendência, a ATCV, I.P. deve observar as orientações governamentais estabelecidas pelo membro do Governo responsável pela Administração Pública, em matéria de pessoal.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 41º

##### **Página eletrónica própria**

A ATCV, I.P. deve disponibilizar um sítio, específico e próprio, oficial na *internet*.

#### Artigo 42º

##### **Tratamento de dados pessoais**

A ATCV, I.P. é a responsável máxima pelo tratamento de dados pessoais dos contribuintes, que deve obedecer ao regime legal aplicável.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 2 de outubro de 2025. Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva* e *Olavo Avelino Garcia Correia*.



**I Série**  
**BOLETIM OFICIAL**  
Registo legal, nº2/2001  
de 21 de Dezembro de 2001

